

## **Configuração de uma narrativa liberal: a invenção do Brasil como “nação moderna”**

### **Configuration of a liberal narrative: the invention of Brazil as a “modern nation”**

Luiz G. Motta <sup>1</sup>

*Resumo:* O artigo recompõe a narrativa de representação nacional subjacente aos pronunciamentos das duas posses do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 e 1999). O objetivo era observar até onde a configuração de um enredo nacional implica na manipulação da memória e criação de uma temporalidade adequada a determinado projeto, inventando-se uma nação conforme os interesses políticos. A análise mostrou que FHC teceu habilmente uma temporalidade nacional que rejeitava um passado negativo (xenóforo), construiu um presente que significaria um ponto de inflexão na história do Brasil rumo a um futuro utópico positivo (a modernidade global). O momento das posses seriam “divisores de águas”, tempo de “acertar contas” com um passado que deveria ser “jogado para trás”. Com o Plano Real, o país adquirira seu bilhete de passagem para “tomar posse do futuro”. A narrativa nacional foi organizada de maneira que parecesse autêntica, naturalizando determinado projeto. Inventou-se uma nação cuja modernidade globalizada adquiria legitimidade: um Brasil moderno integrado ao mundo pelo mercado global. O objetivo do enredo era gerar esperança popular em um vago futuro utópico. Retórica legitimadora de um suposto consenso interno que objetivava acumular capital simbólico para a execução de um projeto de internacionalização da vida nacional. Paradoxalmente, construir uma nação através de sua internacionalização.

*Palavras-Chave:* narrativa de nação, representação nacional, temporalidade nacional, enredo de Brasil, passado xenóforo, modernidade globalizada.

**Abstract:** The article recomposes the national narrative hinted in the discourses of the former Brazilian president Fernando H. Cardoso at the two times he assumed government, in 1995 and 1999. The objective of the analysis was to observe to what extension the configuration of a national plot implied in manipulation of memory and creating a temporality appropriated to a certain project, therefore inventing a nation according to some political interests. The analysis demonstrated that FHC strategically weaved a national temporality that rejected a negative hatred nationalist past, constructed a present that represented an inflection in Brazilian history towards an utopian positive future (the global modernity). In this narrative, the possession dates would be a time of rupture with the hatred archaic past which should be threw away. Cardoso's Plano Real, according to him, was to be seen as ‘a ticket for the future’. The national narrative was organized in a way to give the impression of being a ‘natural’ and authentic history, naturalizing one's own project and artificially inventing a new nation: a modern Brazil integrated to the rest of the world through the global market. The objective seems to be generate popular hope in a vague utopian future. A rhetoric that legitimates a supposed internal consensus, whose real objective was to accumulate symbolic capital in order to push ahead an internationalization of the nation's life. Paradoxically, construct a nation throughout its internationalization.

**Keywords:** nation narrative, national representation, national temporality, Brazil's plot, archaic nationalist past, global modernity

---

O autor é doutor pela University of Wisconsin (USA), com estágio de pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona. É professor-titular da Universidade de Brasília, e atualmente, professor-visitante da Universidade Federal de Santa Catarina. Este artigo faz parte de um projeto maior de pesquisa que procura identificar traços de uma narrativa de representação nacional na mídia brasileira.

## **Introdução: as instáveis narrativas nacionais**

Os autores que fundam os estudos sobre o nacionalismo (ANDERSON, 2009; GELLNER, 1993) observam que a consciência de nação (*nation-ness*) só se consolida quando uma educação de massa e modernos meios de comunicação disseminam um *imaginário nacional* coletivo. Nação, segundo esses autores, é uma comunidade imaginada sempre reatualizada, uma construção simbólica edificada por narrativas de origem: são os homens que fazem as nações. Uma nação é inculcada em cada indivíduo a partir do exterior por narrativas que compõem um imaginário coletivo compartilhado. O historiador S. Sand (2011) acrescenta que a formação de uma nação é um processo histórico, mas não espontâneo. São necessárias contínuas atividades públicas dos ‘agentes da memória’ para se criar uma metaconsciência ou ideologia nacional: “Se a identidade é o prisma através do qual o indivíduo ordena o mundo [...] a identidade nacional é o prisma através do qual o Estado ajuda uma população a se perceber como sujeito histórico específico” (SAND, 2011, 83). São as narrativas de representação histórica que cristalizam as ideologias nacionais. Os agentes da memória (jornalistas, escritores, professores, políticos) ‘convidam’ continuamente as massas “para dentro da história”, completa Sand.<sup>2</sup> O papel desses agentes é reinventar estórias dramáticas e comoventes dos heróis, vincular de maneira coerente o passado ao presente e futuro, formulando uma temporalidade nacional, “esculpindo as representações da nação”. As narrativas nacionais embaralham, portanto, a história com estórias.

Essas narrativas não são exclusivas nem totalmente coerentes ou estáveis. Elas se materializam em narrativas escolares, políticas ou midiáticas, mas estão sempre em reelaboração conforme a correlação de forças políticas e culturais. Se avivam ou

---

<sup>2</sup> S. Sand (2011, 115) observa que, das professoras de jardim de infância até professores da universidade e ministros, formou-se um corpo hierarquizado de intelectuais que preenchem a função de autores *no imenso espetáculo cultural chamado nação*. A eles se juntaram os agentes culturais da imprensa, literatura, teatro, cinema, televisão e outros meios.

esvaecem em eventos públicos e permanecem na memória coletiva como um difuso imaginário de fundo sempre reatualizado. Na disputa pela autenticidade, cada narrativa reivindica ser mais verídica, mais ‘nacional’ que as outras. O imaginário da nações se assemelha a um ‘mar de histórias’ onde fragmentos de relatos se intertextualizam configurando na memória coletiva grandes metanarrativas nacionais (HALBWACCS, 2004). Entretanto, não são inventadas do nada. Antes de tudo, segundo Anderson (2002/89), é preciso haver uma convergência entre o capitalismo e a tecnologia editorial que cria as condições materiais para o nascimento das nações modernas. Mas, para serem convincentes, os relatos precisam fundamentar-se nas situações históricas. Conforme observa Sand (2011), nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar, nem se imagina no vazio. Os símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos.

Este artigo procura recompor a narrativa de representação nacional subjacente aos pronunciamentos das duas posses do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) nos dias 1 de janeiro de 1995 e 1999. O objetivo é verificar qual enredo histórico da nação brasileira eles constroem.<sup>3</sup> Observar até onde a configuração desse enredo implica na manipulação da memória e na criação de uma temporalidade nacional adequada a determinado projeto, inventando-se uma nação conforme os interesses políticos (MOTTA, 2014). Por serem pronunciamentos institucionalizados, disseminados nacionalmente pelos meios de comunicação, adquirem forte simbolismo e tornam-se narrativas de referência para a nação brasileira. Obviamente, a narrativa de FHC não se consolida apenas nos discursos de posse. Muitas outras narrativas análogas, dele próprio ou de outras fontes, a interpenetram e complementam no transcorrer do tempo. Narrativas adversárias a ela se contrapõem. Entretanto, o significado ritualístico e institucional da posse, e a

---

<sup>3</sup> Preferimos aqui a palavra *enredo* à *intriga*, porque ela é de uso mais comum. As duas são sinônimos. O enredo é uma macroproposição nucleadora de motivos parciais, cuja sintaxe estrutura uma ordem mais ou menos lógica e cronológica. Essa ordem provém das intenções comunicativas, materializadas em estratégias discursivas do emissor. Ver Nota 3 abaixo.

retórica assertiva do pronunciamento, dão às narrativas de posse uma legitimidade persistente como narrativas hegemônicas da nação Brasil.

Qualquer narrativa de invenção de uma nação origina-se sempre em relações históricas. Por isso, a interpretação aqui realizada levará em conta o contexto político onde os pronunciamentos foram realizados com o objetivo de melhor situar os efeitos de sentido pretendidos. Enunciada quase sempre com o desejo de fortalecer sentimentos de fidelidade a determinado projeto, a configuração de um enredo nacional enfrenta no cenário político enredos concorrentes. Neste sentido, cada narrativa é parte de uma batalha discursiva onde se busca construir uma narrativa de representação nacional hegemônica, mais autêntica que as demais.<sup>4</sup> Sand (2011, 83) observa que a representação de uma nação é um fenômeno de ordem afetiva que se torna ao mesmo tempo consciência, ideologia e identidade, “prisma através do qual o Estado estrutura uma população diversa e a ajuda a se perceber como sujeito histórico específico”.

Pronunciamentos de sujeitos políticos não encadeiam temas linearmente. Não se pode esperar coerência em um discurso político. Não há neles uma narrativa articulada, mas fragmentos narrativos dispersos. O analista precisa tecer os fios a fim de descortinar a temporalidade subjacente. Ele encontra esses fios no encadeamento temático e cronológico subentendido: memórias, referências ao presente como inflexão histórica, menções ao futuro como antecipação de desejos nacionais, etc. É preciso - como faremos aqui - que o analista utilize algumas categorias da narratologia, tais como *encadeamento*, *coesão*, *seqüência*, *temas*, *coerência e enredo*, a fim de identificar a sintaxe narrativa implícita, que revela uma temporalidade.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Sand (2011, 87) observa que a “ideologia nacional é aquela que mais se parece com as religiões tradicionais pelo poder com o qual consegue transcender as classes sociais, e por sua aptidão em agrupá-las a partir de um sentimento de pertencimento comum”. A formação das nações na era moderna, completa ele, se faz paralelamente à cristalização do pensamento nacional, fruto de uma realização consciente e intencional, uma *ação* que reinventa e autocrria a representação de uma nação.

<sup>5</sup> A interpretação é guiada aqui pela categoria *coerência*, que estabelece relações e continuidades de sentidos entre conhecimentos ativados pelo texto e coesões cognitivas que operam entre emissor e receptor (Koch, 2013). Conforme Dooley e Levinson (2003,43/4), “um texto vem com a pretensão de ser coerente: o ouvinte tem o direito de presumir que o texto admite uma interpretação coerente e se empenhará para achá-la”. Van Dijk (2000) resume assim essa relação

Por economia de texto, não explicitamos aqui essas categorias (ver MOTTA, 2013; REIS e LOPES, 2007; BAL, 2001; GENETTE, 1998).

Os procedimentos empíricos se desenvolvem através de uma análise pragmática da narrativa, na qual o significado é tomado como uma relação entre sujeitos interlocutores, e a narrativa como um dispositivo argumentativo cuja configuração obedece às intenções do enunciador (MOTTA, 2013). Pronunciamentos políticos são relatos argumentativos carregados de afetividade e ideologia. Como todo uso da linguagem, refletem intencionalidades e se caracterizam pela argumentação, a “atividade estruturante de qualquer discurso” (KOCH, 2011, 21). Construções estratégicas cuja intencionalidade é seduzir o interlocutor (a sociedade brasileira) a fim de estimular na consciência cívica uma comunidade imaginada autêntica e soberana (ANDERSON, 2008). Um grau mínimo de rearranjo nos textos originais foi necessário, sem comprometer o sentido entretanto. Trechos dos pronunciamentos pouco pertinentes ao tema da pesquisa foram descartados.

### **1a. Posse - Configuração de uma narrativa liberal: a invenção de uma nação moderna**

Em janeiro de 1995, momento da primeira posse de FHC, a memória nacional estava traumatizada por eventos dramáticos de anos anteriores. Persistiam ainda na memória coletiva sequelas deixadas pela ditadura, traumas pela morte de Tancredo Neves, o impeachment de Collor de Melo e os sucessivos fracassos de planos econômicos. No imaginário coletivo havia um sentimento de descrença em um projeto nacional sério e duradouro. Por essas razões, no início de 1994, Lula, candidato da oposição, tinha o dobro de intenções de votos de FHC nas pesquisas. Entretanto, o relativo sucesso do Plano Real, a estabilidade da moeda e a contenção da inflação alavancaram a candidatura de FHC, que contava com a simpatia da mídia. Ele reverteu a tendência, e foi eleito com quase o dobro de votos

---

cognitiva: ao contar uma estória um falante se empenha em um ato social, afirma ou previne seu ouvinte com respeito a algo. Através de estratégias de inferências, o narrador formula uma macroestrutura semântica (que o autor denomina enredo).

de Lula: a população preferiu não correr riscos. FHC assumiu o poder com considerável capital político: representava a esperança de estabilidade. No imaginário coletivo, a posse dele representava um quase recomeço da história do Brasil como nação moderna.

Entretanto, FHC precisava mais que votos, necessitava acumular capital simbólico para levar adiante seu projeto de uma nação que implicava o enxugamento do Estado e a desregulamentação do mercado. É com este projeto político e econômico em mente que o presidente buscou fixar no imaginário popular sua narrativa de nação ao tomar posse em 1o. de janeiro de 1995. Em seu pronunciamento, FHC demarca passagens de continuidades e descontinuidades entre o passado, o presente e o futuro do país que dão pistas para observar a configuração de uma narrativa nacional voltada para o exterior. Habilmente, ele constrói um enredo nacional relacionando-o ao contexto internacional, ao mercado exterior. A narrativa de maior soberania nacional (ensaiada no período Itamar Franco) é secundarizada dando lugar à uma nova ordem neoliberal.<sup>6</sup>

*“Temos identidade e valores permanentes, que não de continuar se expressando em nossa política externa... que dependem não somente de fatores estratégicos, mas, sobretudo, da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar, dos sinais vitais da economia... A realização de um projeto nacional de desenvolvimento deve nos fortalecer no cenário internacional. O momento é favorável para o Brasil”.*

Como se vê, a identidade da nação segundo FHC deveria ser buscada na estabilidade política e econômica interna, mas o projeto de estabilidade nacional não se voltava para as demandas sociais internas, e sim para a inserção do país no mercado globalizado, para onde o ex-presidente mirava em sua posse. O cenário internacional (leia-se mercado) era o norte. O governo FHC foi marcado por um

---

<sup>6</sup> A respeito da substituição de narrativa nacionalista por outra internacionalista, consultar Visentini, 2013. Diz este autor que no período dos dois Fernandos, a matriz desenvolvimentista inaugurada em 1930 foi posta de lado em nome da abertura à uma nova ordem neoliberal. Entretanto, o projeto neoliberal de FHC era mais bem articulado que o de Collor de Melo, no sentido da eficácia e estabilidade. O Estado perdeu funções estratégicas, substituídas pelas agências reguladoras. A imagem de um presidente professor e sociólogo contribuiu para a expansão do universalismo da política interna e externa. A política da diplomacia externa submeteu-se ao projeto neoliberal, comandado pelo Ministro da Fazenda (Pedro Malan).

projeto neoliberal privatista e internacionalista e a abertura do mercado interno ao exterior. Empresas estatais foram privatizadas e os serviços públicos passaram a ser supervisionados por agências reguladoras. Eliminaram-se do aparelho de Estado os focos de resistência nacional-desenvolvimentista sobreviventes do período Itamar Franco (VISENTINI, 2013; SADER, 2013; GIAMBIAGI, 2011).

O uso do verbo *continuar* e do substantivo *continuidade* (acima e abaixo) tem um significado particular para FHC. Ele pretendia estabilizar política e economicamente o país a fim de ganhar a confiança dos investidores internacionais. Ele próprio explica em seu pronunciamento:

*“Continuidade significa confiabilidade no campo internacional. Mudanças bruscas, desligadas de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o perfil de um Estado responsável”.*

Continuidade, neste breve parágrafo, tem o objetivo de transmitir ao mundo a certeza de que a economia do Brasil se estabilizara. Ao mencionar as mudanças bruscas, ele se referia aos traumáticos planos econômicos dos governos anteriores, que assustavam o grande capital. O discurso preparava o terreno para o projeto de abertura financeira e a captação de capitais externos: um projeto nacional internacionalizado anunciado nos trechos anteriores. O objetivo era preparar as mentes a fim de por em prática a inserção da economia brasileira no mercado internacional. A abertura ao mercado é habilmente apresentada como algo natural, próprio de uma época de transformações, como se decorresse do transcurso intrínseco da história. Ir contra ele, diz o autor, seria saudosismo, coisa velha, atraso:

*“Não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da História... É tempo de atualizar nosso discurso e nossa ação externa, levando em conta as mudanças no sistema internacional e o novo consenso interno em relação aos nossos objetivos”.*

O enunciador conclui o tema que chamou de ‘atualização do discurso e da ação’. Ele cunha sua recente eleição de ‘consenso interno’, sugerindo que a maioria estava de acordo com o projeto privatista. Com o uso da expressão ‘nossos

objetivos', deixa claro o rumo que quer imprimir ao país. Realiza-se aqui um sagaz jogo de palavras e de relações causais que recupera a ideia de passagem natural de um a outro tempo histórico, e ao mesmo tempo envolve os interlocutores. O uso acima do verbo *atualizar* é significativo: ele desqualifica o passado nacionalista e enaltece o salto para a modernidade.

O trecho revela o jogo que FHC faz entre o que ele rejeita como passado obsoleto (o protecionismo, a autonomia nacional) e o que enaltece como um futuro atual e moderno (desregulamentação, mercado global). A posse e seu ritual servem de cenário para seduzir a sociedade e conquistar a aquiescência dela para a passagem de um passado obsoleto a um mundo moderno, representado pela abertura da economia nacional. O presidente-sociólogo conhece a fragmentação social da sociedade brasileira, que ele interpreta como obstáculo ao projeto de integrar o país ao mercado global. Mais uma vez, utiliza o verbo continuar, agora na forma negativa, para marcar a mudança que ele representaria.

*“Os únicos obstáculos importantes que enfrentaremos... vem das desigualdades extremas..., o grande desafio do Brasil neste fim de século... Isso não pode continuar!”*

As diferenças sociais agudas poderiam conturbar o país e assustar os investimentos externos. Por isso, a preocupação de FHC em dissolver as diferenças. Entretanto, ele não coloca a questão social como prioridade para o país, e sim reafirma o crescimento econômico a ser promovido por seu governo, que *per se* seria capaz de dar conta das demandas sociais através de ações pontuais.

*“A solução virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente... O Governo estará empenhado em ações específicas... no grande desafio... que é o do Brasil, de todos, de diminuir as desigualdades, acabar com elas”.*

No trecho abaixo, ele reitera a necessidade de incluir os marginalizados, mas a homogeneidade que ele realça a fim de reduzir as diferenças é cultural e geográfica, não social. Seu desejo é atenuar as diferenças e para isso reforça a

ideia de um só povo, uma cultura nacional integral, que somaria as diversidade regionais na união geral.

*“Num mundo em que a comunicação é global e instantânea... os públicos se fragmentam, a identidade cultural torna-se o cimento das nações. Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural. Nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro da tradição ocidental-portuguesa com a africana e a indígena.”*

### **Do passado xenófobo à modernidade liberal**

A transição de um a outro momento constrói uma temporalidade nacional. Essa transição cíclica é a tônica de alguns trechos onde o enunciador indica como pretende mudar o país, e aonde pretende levá-lo. Mudar em ritmo veloz, segundo ele, porque veloz é o ritmo da modernidade. Entrar na modernidade é abandonar o Estado protecionista, o passado obsoleto que dificultaria a necessária abertura do país ao mundo.

*“Temos o apoio da sociedade para mudar. Ela sabe o que quer e para onde devemos ir. Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado”.*

É significativo que FHC utilize em seu pronunciamento a metáfora do ciclo da vida para representar o transcurso do passado ao futuro. Ele sobrepõe a metáfora da vida orgânica de uma planta à narrativa da economia: carente no passado, agora se move rumo a um próspero amanhã. Qualquer metáfora é calculadamente utilizada por um enunciador com a finalidade de conferir maior força ilocutiva ao enunciado. Funciona como um conector de passagem de uma a outra isotopia, como no caso em questão. Ao utilizá-la, o enunciador imprime maior força retórica à transição (sua chegada ao poder). Antes, a segura, carência, dívida externa, inflação e recessão que sufocavam. Mas as raízes (pessoas e empresas) resistiram. A partir de agora,

quando as condições favoráveis foram criadas (referindo-se ao Plano Cruzado), há uma economia sadia e a produção de riqueza: chegou o tempo de florescer.

*“Nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem. As raízes resistiram aos rigores da estagnação e da inflação... souberam enfrentar as agruras da recessão, se refizeram, enfrentaram as dificuldades, produziram inovações, saíram fortes da provação”... Chegou o tempo de crescer e florescer”*

‘Bilhete de passagem’ é outra metáfora simbólica da transição entre os tempos habilidosamente utilizada pelo enunciador. A expressão contém forte carga simbólica. Transmite a ideia que a nação adquiriu, com o seu próprio esforço, o direito de se locomover de um para outro patamar, o lugar da modernidade. O passado de luta pela industrialização foi o preço para a compra do bilhete de ingresso nesta etapa desejada.

*“As lutas (pelo) petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno”*

A frase de caráter político abaixo destacada também demarca o transcurso entre tempos, e completa o sentido da virada de um momento anterior sem liberdade, a um tempo posterior em que ela foi reconquistada. Com essa retórica cívica, o enunciador relaciona a liberdade à geração do desenvolvimento e da modernidade. Antes, não tínhamos liberdade, e isso provocou a estagnação; agora, a retomamos; ela é capaz, por si só, capaz de alavancar o desenvolvimento.

*“Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento”.*

A passagem entre o passado autoritário e um futuro moderno já havia sido anunciada pelo enunciador com o uso da metáfora da “página virada”, acima referida. Ele referia-se às sequelas do autoritarismo, ao fantasma da ditadura que em 1994 ainda inquietava a alma brasileira. Um estado pré-moderno, que deveria “*ser jogado para trás*”. Como se percebe, o fio de uma narrativa de nação junta o econômico e o político para consolidar a ideia de modernidade. O parágrafo abaixo ilustra o encadeamento entre o passado autoritário e uma economia estagnada,

agora rumo à restauração das liberdades e à recuperação econômica que, juntos, levariam a um sólido futuro moderno adiante.

*“Nossa transição foi mais lenta e, por vezes, mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo, restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia. Por isso mesmo, construímos uma base mais sólida para seguir adiante”.*

### **O dragão que ameaça a nação: a estória na história**

Em alguns trechos de seu pronunciamento, o enunciador-presidente introduz sutilmente um elemento dramático ativador de uma isotopia temática de fundo (uma metanarrativa): um inimigo genérico que espreita no horizonte e ameaça a vulnerabilidade do país. Como observa Ricoeur (2007), as narrativas de identidade requerem um outro, um inimigo para se contrapor. Pressupõem um adversário ameaçador, personagem figurativa, pronta para uma emboscada. É a personificação do mal que ameaça. No Brasil de FHC, que inimigos da modernidade eram esses? Segundo ele, os anos sombrios de sacrifício da liberdade e o xenofobismo nacionalista, além da estranguladora dívida externa e a inflação. Em 1995 o imaginário nacional estava ainda apreensivo com a possibilidade de riscos políticos anti-democráticos e de instabilidade econômica. Havia desesperança na memória coletiva por causa do fracasso dos planos econômicos e a inflação galopante. FHC havia sido eleito porque a sociedade brasileira queria evitar novos traumas, precisava de estabilidade política e econômica (CARREIRÃO, 2007). Neste sentido, observe-se o uso da palavra ‘sombrio’ na frase abaixo, que gera apreensão no imaginário coletivo.

*"Anos sombrios... sacrificaram a liberdade e legaram uma dívida externa que amarrou a*

Da mesma forma, o nacionalismo que provinha dos primórdios da industrialização brasileira era considerado coisa do passado, que precisava ser substituída por uma atitude coletiva mais universalizada e moderna. (HARVEY, 2002) observa que as mudanças nas práticas culturais que ocorreram no mundo no final do século XX

estavam relacionadas à ascensão de modos mais flexíveis de acumulação do capital. Para FHC este momento flexível era um tempo avançado, no qual o Brasil precisava se inserir. Ele formula uma pergunta e a responde, para indicar o rumo.

*“Qual deve ser o perfil do Brasil como nação soberana no mundo em transformação? (...) Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação e enfrentar os temas... (dos) dias de hoje,... a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo”.*

No trecho, o uso do verbo *aposentar* deixa claro como FHC quer que se compreenda a passagem entre um passado velho (adjetivo repetido) e o que chama de '*temas dos dias de hoje*'. Ele identifica no protecionismo um fantasma ameaçador da modernização e projeta o que pensa ser o perfil do Brasil como nação soberana: aposentar as ideologias nacionalistas, romper o protecionismo que estaria retirando o país do '*rumo natural da história*' e o impedindo de ingressar na nova ordem da modernidade. Essa é a narrativa convocadora que ele lança à nação.

### **Fé cega em uma abstrata nação do futuro**

Uma projeção distende a temporalidade nacional para adiante através de declarações sobre crenças no porvir, taxativamente reafirmadas. Um dos pioneiros da questão nacional na Europa, o socialista austríaco Otto Bauer (1974) enfatizava o aspecto projetivo do conceito de nação quando ela é tratada como uma “comunidade de destino”, propagadora da esperança. Observe-se na afirmação abaixo como o narrador encadeia de maneira enfática os fios remetendo a temporalidade rumo a um vago futuro a fim de estimular nos imaginários um subjetivo crédito na modernidade da nação.

*“Vai dar... tem tudo para dar certo”.*

Giddens (2002) observa que a fiabilidade pública em pessoas e coisas (*trust*) provém hoje da crise de desancoramento do sujeito de seu tempo e lugar físicos na modernidade, da instabilidade e insegurança que esse descolamento gera. Disjuntidos dos lugares concretos de interação social, os sujeitos se vêm na

contingência de ter de acreditar em estruturas ‘invisíveis’ e se imbuem de uma fé nos sistemas peritos que minimizam os perigos frente às incertezas. Por isso os sujeitos costumam atribuir uma confiança cega aos apelos das autoridades e líderes políticos. Suas falas representariam uma alternativa. Embora Giddens se refira a uma fiabilidade de caráter mais ontológico, pode-se fazer um paralelo à solicitação de FHC a seus interlocutores para terem fé no futuro do Brasil, artil retórico utilizado com frequência pelos políticos.

*“Venho somar minha esperança à esperança de todos... (Fiz) da esperança uma obsessão (...) Com convicção, eu digo: este país vai dar certo: Por causa de todos nós(...) O Brasil amadureceu e tem tudo para dar certo”.*

Habilmente, o enunciador faz um chamamento de fé aos brasileiros enaltecendo as qualidades éticas do povo. Apelando ao sentimento de solidariedade, mas utilizando uma retórica convincente, ele convoca a sociedade para mobilizar-se, ‘*varrer do mapa a fome e a ‘iséria*’. Um vago apelo a um futuro utópico reitera a ideia de unidade homogênea que reuniria todos nós brasileiros na modernidade. E assim remete para adiante o sentimento de nação única, com uma vida mais decente.

*“O sentimento que move esse apoio de todos ao País tem um nome: solidariedade... Nós, brasileiros, somos um povo solidário. Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional... para varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria... Vamos fazer da solidariedade o fermento, da nossa cidadania, em busca da igualdade”.*

O salto para o qual ele convoca não se daria apenas pela esperança, mas através de uma confiança recuperada. FHC sabia que, traumatizado pelos dramas políticos recentes, o imaginário coletivo nacional tinha, no início de 1995, poucas expectativas de mudanças positivas. Confiança é uma sutil projeção para adiante, sem explicação racional senão uma vaga promessa de fé no futuro. O enunciador realiza seu ciclo retórico de sedução. No trecho abaixo, o progresso soa como algo vago, mas que decorria naturalmente da solidariedade e crença no futuro. A narrativa nacional se distende para adiante e completa o ciclo temporal.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Marina e Penas (1999) observam que o uso do léxico sentimental sublinha aspectos da base experiencial dos indivíduos ajudando-os a configurar uma narrativa coerente. Este léxico pode desencadear sentimento porque afeta o sujeito em seu

*“Recuperamos a confiança no desenvolvimento. Não é mais uma questão de esperança apenas, nem euforia passageira. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda... Chegou o tempo de crescer e florescer”.*

## **Narrativização como legitimação política: a entrada do Brasil na modernidade**

Legitimação é o processo através do qual um poder dirigente assegura uma anuência tácita da sociedade à sua autoridade (EAGLETON, 1997). No início de 1995 FHC tomava posse como presidente regulamentar, eleito pela maioria da população. Trazia consigo este capital político. Mas necessitava mais que votos, precisava legitimar sua liderança político-ideológica após um período conturbado, e angariar maior capital simbólico a fim de consolidar seu projeto. Em sua fala, insere habilmente sua própria biografia no transcurso da história nacional, repassando o sentimento que ele era uma pessoa predestinada a ocupar a liderança do país (MOTTA, 2014). Isso tornava sua posse um episódio natural, digno de apoio da sociedade. Seu chamamento à união tornava-o ainda mais lícito no cargo, e suas decisões pareceriam inevitáveis e autorizadas. Ele precisava dessa autorização para impor seu projeto de nação.<sup>8</sup>

FHC configurava um enredo nacional em contraposição ao internacional, mas era este que impunha o modelo de nação. A posse representava um momento de ruptura com o passado xenófobo e a construção de uma nação integrada ao mercado exterior, a modernidade. Na configuração da narrativa de nação que ele fazia, a estabilidade interna não visava eliminar as desigualdades sociais, mas equilibrar política e economicamente o país a fim de atrair capital externo. A passagem entre um e outro tempo se daria pela internacionalização da vida nacional. Era preciso suplantar o ‘velho inimigo’ que espreitava no horizonte, a

---

bem-estar e aspirações, gerando desejos e comportamentos novos que por sua vez desencadeiam outros sentimentos. Confiança e esperança são desejos que tocam a paixão da alma, completam eles.

<sup>8</sup> Para Levi (1986, 675/70), a legitimação implica na adoção por parte de uma parcela significativa da população de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem necessidade do uso da força. Por isso os políticos no poder buscam sempre consolidar uma narrativa consensual reconhecida como legítima, “transformando a obediência em adesão”.

xenofobia nacionalista. Sua temporalidade tecia assim uma narrativa de passagem de um a outro tempo. Se de fato a ideologia dissimula-se em *tropos* (figuras de retórica), a metáfora do ciclo orgânico da vida representava com eficiência os ciclos da nação. Virar a página do protecionismo e dos ‘velhos dilemas ideológicos’ parecia inevitável, assim como era natural comprar o ‘bilhete de passagem’ à modernidade: um mundo e um tempo modernos que, com ele no poder, floresceriam.<sup>9</sup> Opção política que *per se* justificaria manter uma fé cega no porvir. A temporalidade nacional se distendia para adiante, para o futuro da modernidade como o ‘caminho natural’ de uma nação integrada ao mercado global.

## 2a. posse - Trunfos e desafios

FHC tomou posse pela segunda vez em 1o. de janeiro de 1999. Ele foi o primeiro presidente a ser reeleito no país.<sup>10</sup> Seu pronunciamento foi proferido por um presidente legitimado pelo capital simbólico acumulado ao vencer as eleições no primeiro turno.<sup>11</sup> Isto o qualificou para reassumir com crédito político.<sup>12</sup> Apesar do alto nível de desemprego e da fragilidade da economia brasileira nas crises internacionais, a inflação estava sob controle.<sup>13</sup> O Plano Real estabilizara a

---

<sup>9</sup> Sader (2013) observa que o neoliberalismo chega à América Latina pela via da luta contra a inflação e por meio de críticas à ação do Estado, apontado como responsável pelo desequilíbrio monetário, ineficiência administrativa, excesso de tributação e corrupção. No Brasil, observa ele, o neoliberalismo se impôs durante o governo FHC generalizando uma consciência que o Estado era um obstáculo ao mercado. Por isso, FHC buscou desarticulá-lo, reduzindo-o ao mínimo em favor da centralidade do mercado e da precarização das relações de trabalho.

<sup>10</sup> A emenda constitucional para reeleição aprovada em 1997 foi cercada de denúncias de compra de votos. Após investigação, dois deputados que haviam confessado terem recebido R\$ 200 mil para votar a favor, renunciaram aos mandatos para não serem cassados explica assim o episódio (Cardoso, 2013, 298): “fui acusado de subornar congressistas para garantir o resultado... O que não fazia o menor sentido... o Congresso aprovava o projeto por tão grande margem que não havia suborno que pudesse fazer alguma diferença”.

<sup>11</sup> FHC explicou pessoalmente sua reeleição em seu livro de recordações. Diz ele que “a maioria dos brasileiros apoiava os avanços alcançados, confiando em mim para a gestão dos problemas... E deram um voto maciço a favor da continuação no caminho que havíamos tomado” (Cardoso, 2013, 299).

<sup>12</sup> Carreirão (2002) atribui maior peso na decisão do voto na eleição de 1998 ao desempenho do governo (êxito do Plano Real e o controle da inflação), embora o fator ideológico e a imagem pessoal do candidato também tenham pesado. Ele ressalta o fator medo do eleitor brasileiro da crise econômica e a identificação de FHC como o candidato mais preparado para enfrentá-la.

<sup>13</sup> Segundo o economista Theotônio dos Santos (2010), não foi o Plano Real que derrubou a inflação, mas sim a deflação mundial, que fez cair as inflações em todo o mundo. Para ele, a inflação brasileira, em torno de 10% ao ano, foi uma das maiores do mundo durante o governo FHC. Os marqueteiros do governo, sustenta ele, conseguiram vender internamente uma imagem positiva da moeda. Na verdade, argumenta ele, o real foi uma moeda débil no período, saindo de 0.83% para chegar a R\$ 4 por dólar no início de 1999, quando o governo foi obrigado a desvalorizá-lo.

economia.<sup>14</sup> Internamente, algumas graves questões sociais, como a geração de emprego e a desigualdade, permaneceram negligenciadas. Cobranças provinham dos movimentos sociais. As privatizações provocaram reação das oposições, que acusavam o governo de entregar setores estratégicos (telecomunicações, energia, mineração) à empresas estrangeiras. A privatização de estatais (Vale, TELEBRAS) produziu inúmeros processos judiciais e violentas manifestações de rua.

O cenário global, no qual FHC baseara a inserção internacional do Brasil, estava complicado. Persistia forte tensão frente a crise. A retração econômica global provocara medidas protecionistas em diversos países, obrigando o Itamaraty a realizar delicadas manobras diplomáticas. A crise asiática de 1997, e russa de 1998, deixaram a mídia e a opinião pública nacional apreensivas. Ocorreram ataques especulativos contra as economias em crise, gerando fuga de capitais.<sup>15</sup> No imaginário coletivo nacional, disseminou-se a apreensão que a crise poderia desestabilizar a economia brasileira. É neste clima por um lado favorável, e de muita apreensão por outro, que FHC pronunciou o discurso da segunda posse, configurando seu enredo do Brasil como nação moderna.

### **Tomar posse do futuro da nação: rumo à globalização**

No pronunciamento da primeira posse, a temporalidade construída por FHC se distendia em todas as direções, mas havia muita referência ao passado. O pronunciamento da segunda distendeu essa temporalidade mais para o futuro, apoiado nas conquistas de seu primeiro mandato. É significativa uma citação que ele faz de Joaquim Nabuco: “*A vida não é senão a posse do futuro pela confiança e,*

---

<sup>14</sup> O ex-presidente justificou a reforma da Constituição, que ele próprio conduziu para incluir a reeleição: “Embora não me agradasse em princípio a ideia de alterar a Constituição, eu me dava conta das falhas do documento... que reduzira o mandato” (para quatro anos, em 1993)... Decidi então que não haveria nenhum risco institucional em alinhar o sistema presidencialista brasileiro ao dos Estados Unidos e outros países” (Cardoso, 2013, 297).

<sup>15</sup> Visentini observa que as crises asiática e russa repercutiram diretamente na campanha. Elas estimularam um ataque especulativo que gerou enorme fuga de capitais. Diz ele que FHC anunciava como um dos sucessos do seu governo a existência de 70 bilhões de dólares em reservas cambiais. Mas, houve uma evasão de divisas da ordem de 50% durante a campanha, e se tivesse ocorrido um segundo turno, o resultado poderia ser diferente. Logo após assumir, FHC foi obrigado a desvalorizar o real. O discurso de “adesão submissa à globalização neoliberal foi substituído pela crítica à *globalização assimétrica*” (Visentini, 2013, 107/8, grifo dele).

*em política, pela certeza do triunfo interrompido*". No presente de sua enunciação, a citação antecipava uma narrativa de nação que insinuava um projeto proveniente de um passado recente que se distendia até um breve futuro nacional imaginado. O trecho abaixo inicia essa temporalidade:

*Nos últimos anos o Brasil renovou sua fisionomia...Mudou muito... milhões puderam alimentar melhor seus filhos... tiveram acesso a bens... realizaram a aspiração... de comprar a casa própria... perceberam que a ação solidária dos governos... promovendo uma transformação profunda nas escolas.*

No trecho acima, verbos como renovar/mudar/transformar são repetidos à exaustão e associados a supostos êxitos (puderam/tiveram acesso) com o objetivo de enfatizar uma mudança para melhor. Do passado ao presente, a narrativa promove a ideia de uma nação que se renovou, tornou-se mais justa devido às intervenções do governo. No discurso dele, o progresso é a força motriz que constrói a temporalidade. Outros verbos (perceberam, se deram conta, realizaram) comprometem os destinatários com as ações enumeradas, implicando cumplicidade ou reconhecimento.

No trecho abaixo, o enunciador parece dirigir-se aos opositores, posição evidenciada pelo uso de expressões como *'resistem em enxergar'*, *'relutam a reconhecer'*, utilizadas aqui com o prévio objetivo de blindar contra-ataques. FHC termina, entretanto, dirigindo-se ao 'brasileiro' em geral, englobando uma geração inteira, a geração do Real. O transcurso da narrativa se ancora no passado recente envolvendo habilmente os destinatários (*nossos filhos*) e incorporando o próprio enunciador em uma nova *geração nacional*, que será diferente. Em várias passagens ele procura envolver o destinatário em seu próprio relato: ao apontar um Brasil que brotaria sob *nossos olhos*, ao afirmar que as mudanças dão a confiança a *todos*, e ao declarar que, com a estabilidade, *o brasileiro agora* pode planejar o futuro. O enredo repassado é de uma nação que avança e se adapta à globalização e ao enxugamento do Estado, a metanarrativa de fundo.

*Não obstante todas estas transformações, muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos. Relutam a reconhecer que estamos avançando... e nos adaptando aos novos tempos: o da globalização, o da reestruturação do Estado... Essas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente. Nossos filhos terão mais e melhores oportunidades na vida.*

### **Ponto de virada: o Real como divisor de águas**

Do ponto de vista da configuração de uma cronologia histórica, é significativa a ênfase de FHC no Real como um divisor de águas, como uma inflexão na história do Brasil: *“tudo começou com a nova moeda”*. Esse enredo repassa a ideia que a história do Brasil começa com a nova moeda, com ele. Antes, era o negativo: inflação, concentração de renda. Após o Real, novos tempos: a estabilidade, a distribuição de renda, a confiança de todos no país. FHC considera-se o pai único do Real. Em seu livro de recordações (CARDOSO, 2013, 233) ele ressalta que *“apesar da oposição de todos”* (inclusive do presidente Itamar Franco), ele *“foi em frente praticamente sozinho”*. Mais adiante (pag. 243), ele declara: *“meu destino dependia exclusivamente do sucesso do Real”*. O Real, conclui ele no livro, *“era a estrela do show”* (pag. 246). Isso vinha já de seu pronunciamento de posse:

*Tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e a concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda... O brasileiro pode prever o fim do mês, planejar o ano seguinte... Restaurou-se a confiança para poupar e investir.*

O enredo do Real se entretetece e se completa com a redução da presença do Estado na vida pública. Essa redução é justificada pela ineficiência atribuída à administração pública, que agora tornara-se enxuta e eficiente. O imaginário de um Estado ineficiente, repetidamente realçado na mídia nacional, é aqui utilizado para justificar o enxugamento. A imagem negativa de um ‘Estado faz-de-conta-que-faz-tudo’, mas não faz nada, é utilizada para desqualificar a administração pública. Com

a ressalva, entretanto, que o Estado seguirá garantindo os serviços básicos para a população mais pobre e o aumento da produção. O trecho abaixo ilustra:

*“O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente... Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo. (...) Mas continua a ser o instrumento... para garantir serviços para a população mais pobre e gerar as condições para o aumento da produção”.*

### **O alinhamento com o mercado tornará o Brasil uma nação relevante**

Nos trechos a seguir, FHC emenda o enredo da primeira posse com o da segunda, reafirmando o tema de alinhamento com o mercado globalizado. Na primeira posse ele condenara a xenofobia nacionalista. Agora, exaltava a abertura da economia brasileira para o mundo. Ressaltava que o interesse nacional não se coadunava mais com um pressuposto isolamento, mas sim com a integração ao mercado global que seu governo promovera. Ardilosamente, ele contrapunha um suposto olhar estrangeiro positivo sobre o Brasil buscando o reconhecimento da sociedade para o seu projeto: agora, o país *“se tornara relevante para o mundo”*:

*“O Brasil voltou a ser respeitado no exterior... colhe os frutos da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo se torna mais relevante para o bem-estar dos brasileiros... O interesse nacional, hoje, não se coaduna com isolamento... afirmamos nossa soberania pela participação e integração, não pelo distanciamento”.*

Visentini (2013) observa que FHC transitou da ortodoxia neoliberal para um modelo moderadamente liberal e internacionalizado, mantendo apenas os setores mais adaptados a concorrer no mercado global. A instabilidade internacional e a possibilidade de um retrocesso interno obrigaram o governo a desvalorizar o real e rever o modelo, principalmente devido à evasão de divisas ocorrida durante a campanha eleitoral.

Em seu pronunciamento da primeira posse FHC associou a passagem do passado ao futuro ao ciclo orgânico de uma planta. A metáfora ajudava seus interlocutores a tecer o fio imaginário de um enredo de desenvolvimento ocorrido com a sua chegada ao poder. Toda metáfora, como dissemos, é calculadamente utilizada com a finalidade de realçar uma imagem. Antes dele, solo infértil, carência, dívida externa, inflação que sufocavam. Depois dele, tempo de florescer. Na segunda posse, ele recorre novamente à mesma metáfora a fim de ressaltar que, antes, ele preparou o “*solo árido e lançou a semente*” (o Plano Real). A partir da implantação do Real uma economia sadia floresceu produzindo riqueza. E acrescentava que a esperança do povo era necessária para que a planta produzisse frutos. Ao introduzir a dinâmica fábula da planta, o enunciador fortalece o significado do enredo que configura e incorpora nele os seus próprios interlocutores, o povo brasileiro.

*“Estamos fazendo um acerto de contas com o passado... Reunimos hoje as condições para construir um Brasil efetivamente solidário e mais justo. Se é verdade que muito foi feito nos últimos anos, ainda resta muito por fazer... Mas estamos em melhores condições para enfrentá-los. Preparamos o terreno. Plantamos a semente. Daqui para frente, a continuidade é indispensável, pois a esperança do povo é como a do sementeador...”*

No trecho abaixo, o enunciador utiliza estrategicamente frases de efeito que sugerem uma reação frente aos ataques especulativos do volátil capital financeiro internacional à vulnerabilidade econômica do Brasil. No final da década de 1990, crises em várias geografias estavam na ordem do dia.<sup>16</sup> Por contágio, elas ameaçavam o país e deixavam apreensivas a sociedade e a mídia brasileira. O enunciador presidente assume uma retórica de defesa de nossa modernidade diante da ameaça de um *outro*. A ameaça permitia a reafirmação do nacional. Como

---

<sup>16</sup> Miranda (2006) observa que as crises cambiais ocorridas no segundo semestre de 1997 reforçaram as teorias do contágio e mostraram a fragilidade dos sistemas financeiros nacionais. A fragilidade do sistema financeiro de muitos países consistiu na concessão excessiva de crédito de médio e longo prazos ao setor privado, alavancados por débitos de curto prazo com o exterior. Em outras palavras, o sistema financeiro mantinha um ativo de curto prazo inferior ao passivo de curto prazo em moeda estrangeira. No momento em que os credores estrangeiros decidiam resgatar seus investimentos, os bancos recorreram aos bancos centrais na condição de emprestadores e mantenedores da taxa de câmbio. Estes, por sua vez, viram-se incapazes de prover recursos suficientes para respaldar as saídas de capitais estrangeiros, daí decorrendo as crises.

dissemos acima, narrativas de identidade requerem um outro, um inimigo para se contrapor. Tratava-se do que foi apelidado pelos economistas de *hot money*, dinheiro quente que entrava e saía em curtíssimo prazo nas economias nacionais buscando rápido retorno. Quando não havia fundos para disponibilidade imediata, os governos se viam obrigados a desvalorizar a moeda ou aumentar a taxa de juros. Como havia um ‘inimigo externo no horizonte’, apresentou-se a oportunidade de reafirmar o ‘nacional’ em contraposição a um *outro* ameaçador. Daí o uso de frases de efeito como “*não podemos aceitar*”, “*não hesitare!*” que marcam a retórica deste trecho.

*“Não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la... Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização... Nesses últimos quatro anos enfrentamos um quadro internacional adverso. A economia brasileira sofreu o abalo de... crises internacionais... Não podemos aceitar que aplicações especulativas, por não estarem submetidas a qualquer tipo de supervisão... desarticulem o processo produtivo e constituam ameaça... às economias nacionais”.*

A afirmação de bravura nacionalista servia para justificar a defesa de políticas econômicas que habilmente o enunciador identificava como medidas de proteção ao ‘nacional brasileiro’ frente ao inimigo. Para “*continuar a construir uma economia estável, moderna e competitiva*” era preciso “*continuar as reformas...*” e “*prosseguir com firmeza as privatizações*”. Afirmando a defesa nacional, ele instrumentalmente procurava ganhar a adesão da sociedade para alguns ‘sacrifícios’ de curto prazo (o *remédio amargo*) necessários para implementar as reformas fiscal, tributária e previdenciária que pretendia fazer a fim de consolidar o enxugamento do Estado.

O trecho abaixo ilustra como FHC pretendia combater a desigualdade (que herdara das eras coloniais). As políticas públicas da área social (educação, habitação e desemprego) são mencionadas, mas o importante são as medidas para equilibrar as contas que farão o país ter maior credibilidade internacional, e assim atrair investimentos estrangeiros. A correção das desigualdades viria com a entrada de

investimentos, que fariam então a correção das injustiças sociais. Este era o único caminho para combater a desigualdade, e só esta via era possível para mudar a fisionomia social do país.

*“Pouco vale ao País ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na desigualdade social. Este quadro tem que ser revertido. Estamos combatendo a desigualdade com a estabilidade da economia... As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas. O País terá credibilidade ainda maior. E será um mercado mais atraente para os investimentos, tanto internos quanto externos, que gerará o crescimento e empregos... Esta é uma revolução. A única suscetível de transformar a fisionomia social do País e aportar um golpe fatal à desigualdade que reproduzimos desde as eras coloniais.*

### **Considerações finais: narrar para legitimar**

Em seus dois pronunciamentos de posse o ex-presidente FHC teceu habilmente uma temporalidade nacional que rejeitava um passado negativo (xenófobo) e construiu um presente que significaria um ponto de inflexão na história do Brasil rumo a um futuro utópico positivo (a modernidade global). No enredo configurado, o passado é negativo porque representaria um país fechado e isolado que teria se tornado obsoleto. O momento de sua posse era o tempo de “acertar contas” com este passado, que deveria ser “jogado para trás” (esquecimento). O presente, a chegada dele ao poder, representava um momento de ruptura com o passado na história do Brasil: “um divisor de águas”. Momento para aposentar os “dilemas ideológicos”, ultrapassar o protecionismo e reduzir a presença do Estado. Com o Plano Real (do qual ele se considerava o pai), o país adquirira seu bilhete de passagem para o mundo moderno. Tudo “começara com a nova moeda”, o Real era “a estrela do show”. Com ele, o país havia “virado uma página” de sua história para “tomar posse do futuro”.

No início deste artigo vimos que narrativas inventam nações. A história, mesclada a estórias comoventes publicamente recontadas criam e consolidam uma metaconsciência nacional. Os agentes da memória (políticos, autoridades, professores, jornalistas, etc.) escolhem cuidadosamente os episódios que pretendem amplificar e os que sugerem esquecer, conforme as intenções e vontades. Temporalidades nacionais são constituídas conforme as conveniências. Assim são forjadas as nações: elas são o resultado de narrativas concorrentes que disputam maior autenticidade em batalhas discursivas, predominando uma história hegemônica provisória até que outra 'mais autêntica' venha substituí-la, conforme a correlação de forças.

Na interpretação aqui realizada delineou-se uma narrativa de representação histórica que desqualificou as lutas nacionalistas e entregava o destino da nação ao mercado externo. Organizando de maneira que a história contada parecesse autêntica, o enredo reificou determinado projeto nacional, naturalizando e universalizando-o. Coesionados pelos fios temporais, passado, presente e futuro adquiriram coesão e coerência histórica: inventou-se uma nação cuja modernidade globalizada justificava todo o resto. Na medida em que esse enredo era reiterado junto as massas, a nação era redefinida por uma ideologia nacional a ele coextensiva, como se uma fosse naturalmente a outra. O enredo de uma nação 'moderna' adquiria legitimidade por sua institucionalização e difusão em massa. Mas enfrentava enredos concorrentes. As narrativas de nação só se legitimam no contexto histórico que as confirmam ou desmentem, dependendo da correlação de forças. São as relações sociais que universalizam uma narrativa nacional como mais natural e auto-evidente que as demais.

A análise pragmática demonstrou como uma retórica argumentativa bem articulada construiu uma temporalidade nacional apropriada a determinado projeto político: inventar um Brasil moderno, integrado ao mundo pelo mercado global. Uma economia aberta e sem regulamentação, com um Estado mínimo. De acordo com esse enredo, o crescimento econômico daria conta *per se* de gerar empregos e

combater a desigualdade. O bem estar social seria decorrência da liberalização geral da economia nacional. Enredo apresentado como um transcurso natural e inevitável da história da nação, cujo objetivo era estimular no imaginário coletivo um sentimento de fidelidade à uma comunidade nacional “autêntica”. Gerar esperança popular em um vago futuro utópico de uma ‘comunidade de destino’, no qual era preciso botar fé messiânica que faria a planta florescer: uma “nação moderna” porque global, internacionalizada e desregulamentada. Retórica legitimadora de um suposto consenso interno que, no fundo, objetivava acumular capital simbólico aos agentes do poder para a execução de um projeto de internacionalização da vida nacional. Paradoxalmente, construir uma nação através de sua internacionalização.

### **Bibliografia de referência**

- ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas, Cia das Letras, S. Paulo, 2008.
- BAL, Mieke. Teoria de la narrativa, Catedra, Madrid, 2001
- BAUER, Otto. The question of nationalities and social democracy, Univ. of Minnesota Press, 2000.
- CARREIRÃO, Yan de S. A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras, FGV, S. Paulo, 2002.
- CARDOSO, Fernando H. O improvável presidente do Brasil, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2013.
- DOOLEY, R. A. e LEVINSOHN, S. H. Análise do discurso, Vozes, Petrópolis, 2003
- EAGLETON, Terry. Ideologia, Boitempo/Unesp, S. Paulo, 1997.
- FIORIN, José L. As astúcias da enunciação, Ática, S. Paulo, 2005.
- GELLNER, Ernest. Nações e nacionalismo, Gradiva, Lisboa, 1993.
- GENETTE, Gerard. Nuevo discurso del relato, Cátedra, Madrid, 1998.
- GIANBIAGI, Fabio, et all. Economia brasileira contemporânea, Elsevier, R. de Janeiro, 2011.
- GIDDENS, Anthony. Consecuencias de la modernidad, Alianza, Madrid, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva, Centauro, S. Paulo, 2004.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna, Loyola, S. Paulo, 2002.
- KOCH, Engedore G. V. Argumentação e linguagem, Cortez Ed., S.. Paulo, 2011.



- LEVI, Lucio. Legitimidade, in BOBBIO, N., N. MATTEUCCI e G. PASQUALINO, Dicionário de política, Ed. UnB, Brasília, 1986.
- MARINA, José A. e M. L. PENAS. Diccionario de los sentimientos, Anagrama, Barcelona, 1999.
- MIRANDA, Mauro C. Crises cambiais e ataques especulativos no Brasil, Economia aplicada, Vol. 10, No. 2, S. Paulo, Abril/Junho 2006.
- MOTTA, Luiz G. A administração política da memória: FHC configura sua narrativa de identidade nacional, in Narrativas comunicacionais complexificadas, F. Picinin e D. A. Soster, Edunisc, S. Cruz do Sul, 2014.
- MOTTA, Luiz G. Análise crítica da narrativa, Editora UnB, Brasília, 2013.
- REIS, C. e LOPES, Ana C. M. Dicionário de narratologia, Almedina, Lisboa, 2007
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento, Ed. Unicamp, Campinas, 2007.
- SADER, Emir. A construção da hegemonia liberal, in E. Sader, Lula e Dilma, Boitempo, R. de Janeiro, 2013.
- SAND, Shlomo. A invenção do povo judeu, Benvirá, S. Paulo, 2011.
- SANTOS, Theotônio. Carta aberta a F. H. Cardoso (25/10/2010). [www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Política](http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Política). Acessada em 30/10/2015.
- VAN DIJK, Teun A. Cognição, discurso e interação, Contexto, S. Paulo, 2000.
- VISENTINI, Paulo F. A projeção internacional do Brasil, Campus, R. de Janeiro, 2013.